



# Câmara Municipal de Fernandópolis

Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

**CONTRATANTE (UASG)**

**930476 – CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS**

### **OBJETO**

**Aquisição de Equipamentos para implementação do Sistema de Votação Eletrônica na Câmara Municipal de Fernandópolis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.**

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/05/2026.**

**HORÁRIO:** 10h00. (Horário de Brasília - DF).

**LOCAL:** Portal de Compras do Governo Federal –

[www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



# **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

## **CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026**

Processo Licitatório nº 22/2025

Processo Administrativo nº 070/2025

### **EDITAL EXCLUSIVO PARA ME/EPP**

**Tipo de julgamento:** Menor Preço Global

**Modo de disputa:** Aberto

Torna-se público que o(a) Câmara Municipal de Fernandópolis, por meio do(a) Senhor Daniel Tridico Arroio, Presidente da Câmara Municipal, com sede na Rua Espírito Santo, 320, Jardim Santa Rita, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, modo de disputa ABERTO, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 5.423/2023, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2015, Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, Decreto Federal nº 8.538/2015, Lei Municipal nº 72/2009 e alterações, Decreto nº 11.246/2022, IN 03/2018 SICAF, Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73/2022, e Portaria nº 04, de 20 de janeiro de 2023, da Câmara Municipal de Fernandópolis, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/05/2026.**

**HORÁRIO:** 10h00. (Horário de Brasília - DF).

**LOCAL:** Portal de Compras do Governo Federal - [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

**CÓDIGO DA UASG NO COMPRASNET:** 930476

**DÚVIDAS SOBRE O SISTEMA DO COMPRAS GOVERNAMENTAIS:** As dúvidas acerca da operacionalização do sistema do Compras Governamentais deverão ser esclarecidas junto à Central de Serviços Serpro - CSS, através do e-mail [css.serpro@serpro.gov.br](mailto:css.serpro@serpro.gov.br) ou pelo telefone 0800-978-9001.

**DÚVIDAS SOBRE O EDITAL:** As dúvidas acerca do presente Edital, bem como as impugnações deverão ser encaminhadas eletronicamente através do email

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



# **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

licitacao@camarafernandopolis.sp.gov.br, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública.

## **1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de **Equipamentos para implementação do Sistema de Votação Eletrônica na Câmara Municipal de Fernandópolis**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada pelo menor preço global, conforme tabela constante no Termo de Referência.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. Não se aplica.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. A participação no presente PREGÃO ocorrerá por meio do Sistema Eletrônico, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O prestador é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



# Câmara Municipal de Fernandópolis

Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim

microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às ME e EPP E EQUIPARADOS que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP.

3.2.2 Considerando as hipóteses previstas no art. 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, não se aplicará o benefício da exclusividade as microempresas e empresas de pequeno porte para este certame.

3.3. Não poderão disputar esta licitação:

3.3.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2. **Estrangeiros** que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que seja ordenador de despesa, desempenhe função no procedimento de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020

Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)

Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)



# Câmara Municipal de Fernandópolis

Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**3.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas do mesmo grupo econômico.**

3.3.3.2. O disposto na alínea "e" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de **burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

**3.3.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP**, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 - TCU - Plenário).

**3.4. Será permitida a participação de cooperativas**, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.1. Serão estendidos os **benefícios previstos para ME e EPP** quando as cooperativas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488/2007, de 15 de junho de 2007.

**3.5. Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação ou da execução do contrato** agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

## **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020

Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)

Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)



## **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



# Câmara Municipal de Fernandópolis

Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim

Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.3 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa
- d) que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- g) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- h) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- i) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- j) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calandário anteriores;
- k) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- l) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020

Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)

Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)



## **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



# **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor global e valor unitário;

5.1.2. Marca;

5.1.3 Quantidade cotada deverá ser o total de cada item.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



## **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

### **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor GLOBAL.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



## **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



## **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou demais equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte ou demais equiparadas melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



## **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo.

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



# **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e, também, de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.6 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



## **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

7.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. Quando o fornecedor/prestador não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.9.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



## **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

### **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência e Anexo II, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A habilitação dos fornecedores/prestadores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.2.1. É dever do fornecedor/prestador atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

8.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, no prazo de até 24 horas, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

8.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



## **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

8.09. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital e seus anexos.

8.10. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

8.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8.12. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Não se aplica.

### **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Não se aplica.

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação



# **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (Trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



## **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



# **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

12.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: [licitacoes@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:licitacoes@camarafernandopolis.sp.gov.br).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



## Câmara Municipal de Fernandópolis

Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://www.camarafernandopolis.sp.gov.br>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I – Documentação Exigida para Habilitação

14.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

14.11.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Fernandópolis, 05 de maio de 2026

Daniel Tridico Arroio  
Presidente da Câmara

Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020

Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)

Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)

**Edital\_N\_\_0009\_2026.pdf**

Hash do documento original (SHA256):

8e74ac3c6e5502ff5a45bf2fd9392a68f18621ea4c856816f70de59f1d2a6e5b

**Assinaturas****DANIEL TRIDICO ARROIO**  
Assinou**LOG**

05 de maio de 2026, 12:14:57	Operador com email ouvidoria@camarafernandopolis.sp.gov.br criou este documento.
05 de maio de 2026, 12:14:57	Operador com email ouvidoria@camarafernandopolis.sp.gov.br adicionou à Lista de Assinatura: DANIEL TRIDICO ARROIO, para assinar, com os pontos de autenticação: email (via token); whatsapp (via token); endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: e-mail dtr*****ico@yah*****.br celular (17) 98***-**80 e CPF 07*****45.
05 de maio de 2026, 12:31:59	DANIEL TRIDICO ARROIO assinou. Pontos de autenticação: email dtr*****ico@yah*****.br (via token). CPF informado: 07*****45. IP: 179.***.***.158 BROWSER: Mozilla/5.0 (Linux; Android 16; SM-A546E Build/BP2A.250605.031.A3; ) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Version/4.0 Chrome/147.0.7727.137 Mobile Safari/537.36 WA4A/2.26.16.72. Componente de assinatura versão 1.0.0 disponibilizado em <a href="https://assinador.wls.com.br">https://assinador.wls.com.br</a> .



# **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

## **ANEXO I DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

### **1. Habilitação Jurídica:**

1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.3. Micropreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.5 . Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**



## **Câmara Municipal de Fernandópolis**

*Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim*

### **2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

2.1. Prova de inscrição no CNPJ ou CPF, conforme o caso;

2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

2.8 Observação: A prova de inscrição no cadastro municipal ou estadual de que trata o item 2.5 dependerá do ramo de atividade, exigindo-se a primeira para serviços e obras e a última para os casos de fornecimentos de produtos, equipamentos ou materiais, listados no art. 2º da Lei Complementar Federal nº 87/96.

### **3. Qualificação Econômico-Financeira:**

3.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II));

**Rua Espírito Santo, 320 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis-SP – CEP 15.610-020**

**Fone: (17) 3465-5510 – E-mail: [camara@camarafernandopolis.sp.gov.br](mailto:camara@camarafernandopolis.sp.gov.br)**

**Sítio Oficial: [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br)**

CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDOPOLIS - SP

Termo de Referência 9/2026

Condições Gerais de Contratação.

Aquisição de equipamentos de informática para viabilizar a implementação do sistema de votação eletrônica contratado pela Câmara Municipal.

Os bens objeto dessa contratação são caracterizados como comuns

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	930476-CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDOPOLIS - SP	THAIS RODRIGUES IEMBO	05/05/2026 09:46 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		70/2025

1. Fundamentação e Descrição da Necessidade

1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares (Itens 2 e 4 do ETP), apêndice deste Termo de Referência. Segue tabela para conformidade com esse Termo de Referência:

GRUPO 01 -

	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR ESTIMADO (UNITÁRIO)	VALOR ESTIMADO (TOTAL)
01	Estante Rack Mini	349849	Vide item 7.1 do ETP	01	R\$ 496,05	R\$ 496,05
02	Servidor (Unidade de Gerenciamento de Banco de Dados e Sistema de Votação)	602741	Vide item 7.1 do ETP	01	R\$ 7.645,00	R\$ 7.645,00

03	Tablets	478996	Vide item 7.1 do ETP	15	R\$ 1.320,99	R\$ 19.814,85
04	Computador Portátil (notebook)	469144	Vide item 7.1 do ETP	01	R\$ 3.233,47	R\$ 3.233,47
05	TVs de LED 75 polegadas	486188	Vide item 7.1 do ETP	02	R\$ 4.855,36	R\$ 9.710,72
06	Access Point	609339	Vide item 7.1 do ETP	01	R\$ 299,85	R\$ 299,85
07	Roteador	631246	Vide item 7.1 do ETP	01	R\$ 654,93	R\$ 654,93
08	Estabilizador (Nobreak)	631499	Vide item 7.1 do ETP	01	R\$ 1.080,21	R\$ 1.080,21
					VALOR TOTAL ESTIMADO DO GRUPO	<b>R\$ 42.935,08</b>

1.2 Os

**códigos CATMAT são utilizados exclusivamente para registro e padronização, prevalecendo as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico.**

## 2. Descrição da Solução como um Todo

### **2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

2.1. As informações quanto a Descrição da Solução estão pormenorizadas em Tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares (Itens 6 e 7 do ETP), apêndice deste Termo de Referência.

## 3. Modelo de Execução do Objeto.

### **Condições de execução**

3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.1.1. Fica estabelecido o prazo de entrega para 60 (sessenta) dias, com possibilidade de prorrogação a critério da Administração até o limite de vigência dos créditos orçamentários e financeiros vigentes, com o intuito de facilitar a regular execução, bem como a avaliação da Administração quanto à conveniência da prorrogação;

### **Local da entrega dos equipamentos**

3.2. Os bens deverão ser entregues em dias úteis, de segunda a quinta-feira das 9h às 12h e das 14h às 17h , e de sexta-feira das 8h às 13h, no seguinte endereço: Rua Espírito Santo, nº 320, Jardim Santa Rita, Fernandópolis- SP, CEP: 15.610-020, Câmara Municipal de Fernandópolis, Palácio 22 de Maio Prefeito Edison Rolim

### **Especificação da garantia do produto**

3.3 A garantia por vícios ou defeitos dos produtos será aquela prevista no Código de Defesa do Consumidor - CDC, assegurando a garantia do fabricante quando superior àquela legalmente exigida

### **Troca dos Produtos**

3.4. Considerando o recebimento provisório ou definitivo da contratação, nos termos de 7.11, os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, nos Estudos Técnicos Preliminares e na proposta, **devendo ser substituídos, às suas custas, no prazo de 10 (dez) dias**, a contar da notificação do contratado, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **4. Formas e Critérios de Seleção e Regime.**

4.1. O contratado será selecionado por meio de procedimento de pregão, com fundamento na hipótese prevista no art. 29 da Lei nº 14.133/2021, por meio eletrônico, culminando no julgamento pelo menor preço por item.

## **5. Requisitos da Contratação.**

### **Sustentabilidade:**

5.1. A contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor impacto ambiental, cumprindo os critérios de sustentabilidade previstos na legislação vigente. O equipamento adquirido deverá apresentar eficiência energética e menor consumo de insumos sempre que possível.

### **Indicação de marcas ou modelos:**

5.2. Não terá indicação de marca.

### **Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:**

5.3. Não será vedado marca ou produto, desde que atenda aos requisitos mínimos exigidos no presente Termo de Referência.

### **Da exigência de carta de solidariedade:**

5.4. Não será exigida carta de solidariedade.

### **Subcontratação:**

5.5. Será admitida a subcontratação do objeto contratual, nos seguintes termos:

a. subcontratação de profissionais para instalação dos equipamentos sendo, preferencialmente, pessoas com especialidade técnica em eletrônica;

b. serviços de reparos e manutenções elétricas acessórias e eventuais necessidade quanto a cabos, fios, conduites e demais produtos assemelhados não previstos como objeto desse certame serão fornecidos diretamente pela Câmara.

### **Garantia da contratação:**

5.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas.

5.6.1. O cumprimento das obrigações pactuadas pode ser assegurado pelo fiscal do contrato, prescindido de dilação temporal. A contratação não envolve questão de alta complexidade técnica, nem apresenta grande vulto.

## **6. Modelo de Gestão do Contrato.**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá , convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021).

### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput)

6.9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.9.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.9.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.9.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.10. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.10.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassara sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de Administração para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de Medição e Pagamento**

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada conjuntamente pelo gestor contratual, pela fiscalização contratual e pelo preposto da contratada.

7.2. A comunicação entre a Administração e a contratada deverá se dar por meio de preposto.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.3.1. não produzir os resultados acordados,

7.3.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **Do recebimento**

7.4. Os produtos serão **recebidos provisoriamente pelos fiscais no prazo de 10 (dez) dias contados da data da entrega da totalidade dos equipamentos.**

7.5. **O prazo de início da execução contratual** é a data discriminada na ordem de fornecimento ou, se não houver, a data da assinatura do contrato ou nota de empenho.

7.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo padronizado de recebimento provisório.

7.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição/conferência de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ou em documento posterior.

7.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, nos Estudos Técnicos Preliminares e na proposta, deverão ser substituídos ou refeitos no prazo de 10 (dez) dias, contados da notificação à CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Os produtos serão **recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da entrega do recebimento provisório,** por comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado, observando as exigências deste termo de referência e do contrato, devendo a CONTRATADA enviar todos documentos necessários à verificação supracitada.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório e definitivo não condicionam os procedimentos de liquidação e pagamento. Contudo, caso verificada quaisquer irregularidades na prestação de serviços que estejam em desacordo com esse termo, com a proposta e/ou com o contrato, a CONTRATANTE informará a CONTRATADA para realização das correções necessárias, indicando as cláusulas contratuais pertinentes, no tempo estipulado pela Administração, por escrito ou via aplicativo de mensagens eletrônicas. No caso de descumprimento da determinação no prazo estipulado sem justo motivo, a CONTRATADA incorrerá em todas as sanções legais e contratuais cabíveis, incluindo a retenção de valores do mês subsequente

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento equivalente, correrá o **prazo de três (03) dias úteis** para liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.16.1. o prazo de validade;

7.16.2. a data da emissão;

7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante

7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.16.5. o valor a pagar; e

7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

7.16.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou documento equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 /2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.23. **O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa**, conforme seção anterior.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária

### **Forma de pagamento**

7.25. O pagamento será realizado, mensalmente, através de boleto bancário, transferência pix ou ted ou ainda outro meio adotado pelo Departamento de Administração da Câmara, que acordará com o contratado a melhor forma de pagamento.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia do vencimento do boleto bancário.

### **Dos Prazos**

7.27. Todos os prazos previstos neste item 7 (Critérios de Medição e Pagamento) poderão ser prorrogados, por igual período, a critério da Administração.

## **8. Estimativas do Valor da Contratação.**

**Valor (R\$): 42.935,08**

8.1. O custo estimado total anual da contratação é de R\$ 42.935,08 (quarenta e dois mil, novecentos e trinta e cinco reais, e oito centavos), conforme pesquisa de preço que instruem os autos deste processo administrativo.

8.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, devidamente destinados à Câmara Municipal de Fernandópolis.

8.3. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 01- PODER LEGISLATIVO 01.01.01 - CORPO LEGISLATIVO 01.031.0001.1212.0000 Aquisições de Equipamento e Material Permanente 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente

## **9. Análise de Riscos**

9.1 O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

9.2 Para cada risco identificado, define-se a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

### **9.2.1 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS**

a. Risco: **Atraso** nos prazos estabelecidos pela equipe de planejamento para a entrega do material.

Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Ação preventiva: Inclusão de cláusulas de penalidades em caso de atrasos injustificados, entregas fora da especificação e ou descumprimento das obrigações.

Ação de contingência: Notificar formalmente o fornecedor sobre a necessidade de entrega dentro do prazo, depois de decorrido metade do prazo legal.

b. Risco: **Defeito ou vício** nos equipamentos adquiridos.

Probabilidade: Baixa.

Impacto: Médio

Ação preventiva: Definir claramente os critérios de qualidade a serem verificados nos produtos. Conferir o objeto antes de seu recebimento definitivo e verificar se o licitante vencedor atendeu todos os critérios estabelecidos na contratação.

Ação de contingência: Substituição do material.

c. Risco: **Fornecimento em desacordo** com as especificações técnicas.

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Ação preventiva: Realizar recebimento provisório e definitivo com base em critérios claros.

Ação de contingência: Substituição do material.

d. Risco: Pesquisa de mercado insuficiente ou com problemas.

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Ação preventiva: I) Seguir os normativos vigentes aplicáveis à pesquisa de mercado; II) Realizar pesquisa de preços; III) Utilizar diversas fontes de preços; IV) Manter a pesquisa de mercado atualizada.

Ação de contingência: Realizar ou reavaliar a pesquisa de mercado;

e. Risco: Seleção inadequada de fornecedores - Contratação de empresa com **incapacidade técnica** para execução nas especificações do Termo de Referência.

Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Ação preventiva: Certificar-se que a empresa cumpre todos os requisitos definidos na contratação.

Ação de contingência: Verificar no Termo de Referência cláusulas que permitam rescisão ou alteração das condições caso o fornecedor não esteja cumprindo com as expectativas

## 10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**THAIS RODRIGUES IEMBO**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 09:46:59.



## CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDOPOLIS - SP

**Estudo Técnico Preliminar 5/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 70/2025

**2. Descrição da necessidade**

Trata-se, o objeto da contratação, de aquisição de equipamentos eletrônicos, para viabilizar a implementação do sistema de votação eletrônica, já contratada, na Câmara Municipal.

A implementação de um sistema eletrônico de gerenciamento de sessões plenárias é um passo crucial para a modernização e eficiência deste órgão legislativo. Com a crescente evolução da tecnologia, é fundamental que o setor público também se adapte e utilize ferramentas avançadas para melhorar a qualidade de suas operações.

Atualmente, as sessões são gerenciadas de forma manual, com o uso de papéis para registro de informações, e o controle de tempo de tribuna, falas e apartes são realizados por meio de um cronômetro numérico rudimentar. As manifestações dos votos dos parlamentares são externadas por manifestação corporal, ou seja, levantam-se ou permanecem como estão (sentados) e o presidente da faz a contagem visual dos votos.

A introdução de terminais e painéis eletrônicos trará benefícios ao andamento das Sessões. Com essas ferramentas, será possível acelerar e simplificar o processo de votação, garantindo maior agilidade e precisão nas decisões. Além disso, o uso de tecnologias é capaz de informar a população sobre o andamento da sessão com maior transparência, tornando tudo mais acessível e compreensível para a população em geral. Contribuindo para uma maior publicidade, pois os resultados podem ser exibidos em tempo real nos painéis eletrônicos mantendo os munícipes ainda mais envolvidos com o processo legislativo.

Além disso, vale ressaltar que além das vantagens mencionadas anteriormente, através dos equipamentos capazes de viabilizar a funcionalidade do sistema eletrônico, integra-se os resultados gerados no sistema à transmissão online das sessões na internet. Assim, os cidadãos podem acompanhar as decisões do governo municipal em tempo real de forma clara e objetiva, uma vez que os dados exibidos no painel de votação também são disponibilizados no site oficial e nas redes sociais oficiais, dando mais visibilidade às informações e às decisões do governo.

Esse estudo técnico preliminar contém as informações necessárias para atendimento às disposições do art. 7º, da Instrução Normativa ME/SEDGGD/SG n.º 40, de 22 de maio de 2020.

Ademais, aplicam-se, à contratação proposta, os seguintes marcos normativos:

1. Lei n.º 14.133, de 2021, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
2. Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar n.º 155 /2016 - Institui o Estatuto Nacional da Micro empresa e da Empresa de Pequeno Porte;
3. Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
4. Decreto n.º 3.722, de 09 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores -SICAF;
5. Decreto n.º 7.746, de 05 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública;
6. Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;
7. Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010 - SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
8. Lei Municipal n.º 5.423, de 22 de setembro de 2023, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Fernandópolis-SP.
9. INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gabinete da Presidência	Daniel Tridico Arroio

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Será utilizado o catálogo eletrônico de padronização disponibilizado e gerenciado pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para a identificação dos produtos, conforme a seguinte especificação:

ITEM	CATMAT
01 Estante Rack Mini	349849
01 Servidor (Unidade de Gerenciamento de Banco de Dados e Sistema de Votação)	602741
15 tablets	478996
01 Computador Portátil (notebook)	469144
02 TVs de LED 75 polegadas	486188
01 Access Point	609339
01 Roteador	631246
01 Estabilizador (Nobreak)	631499

4.1.1 Os códigos CATMAT são utilizados exclusivamente para registro e padronização, prevalecendo as especificações técnicas descritas neste Estudo Técnico.

4.2. Em conformidade com o Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, não será exigida garantia econômica ou de proposta, considerando que, pela natureza do serviço de TI, a fiscalização contínua e a possibilidade de glosa e retenção de pagamentos em caso de não conformidade se mostram suficientes para assegurar a execução do contrato, mitigando riscos para a Administração sem onerar excessivamente os licitantes

4.3. Os equipamentos devem considerar os requisitos técnicos mínimos previstos no item 7.

4.4. A empresa que participar do processo licitatório deverá atuar no ramo pertinente ao objeto da licitação.

4.5. A entrega do bens deverá ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias, com possibilidade de prorrogação a critério da Administração até o limite da vigência dos créditos orçamentários e financeiros vigentes, com o intuito de facilitar a regular execução, bem como a avaliação da Administração quanto à conveniência da prorrogação.

4.6. A entrega do material deverá ocorrer durante o expediente no endereço da sede da Câmara Municipal, em horário de expediente, de segunda a quinta das 09h às 17h, e na sexta, das 08h às 13h.

4.7. Os produtos deverão ser de primeira qualidade, em atendimento as especificações discriminadas no item 7 e estar dentro dos padrões de aceitabilidade. Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer produto, responderá a CONTRATADA por danos causados oriundos da utilização dos mesmos, podendo a CONTRATANTE rejeitar os produtos e solicitar sua troca, independentemente das sanções que possam ser cabidas.

4.7.1. O material deve possuir qualidade mínima, conforme especificação técnica, obedecendo às normas de fabricação NBR, a fim de garantir a qualidade mínima dos produtos. Uma vez que as especificações do objeto são usuais no mercado e os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, entendemos pela caracterização de bens e serviços comuns.

4.7.2. Sobre a caracterização do objeto como sendo bens e serviços comuns, a Lei Federal nº 14.133/21, em seu art. 6º, XIII considera que, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

4.8. A CONTRATANTE deverá receber os equipamentos acondicionados nas caixas originais dos produtos, devidamente lacrados, com a data da fabricação dos itens

4.9. A garantia por vícios ou defeitos dos será aquela prevista no código de Defesa do Consumidor - CDC, assegurando a garantia do fornecedor quando superior àquela legalmente exigida

4.10. O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da entrega dos equipamentos e do início da instalação, pelos fiscais do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter administrativo. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.11. Os bens rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, deverão ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação enviada à CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.12. O objeto será recebido definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, da entrega do recebimento provisório, pela equipe designada pela autoridade máxima, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais. Nesta etapa, o objeto também poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.14. A Equipe de Planejamento recomenda o prosseguimento da contratação através de Pregão Eletrônico com fulcro no art. 28, I, da Lei Federal nº. 14.133/2021, com critério de julgamento “Menor Preço por Item”, modo de disputa “Aberto” e orçamento não sigiloso.

4.15. A vigência contratual se dará até o final dos créditos orçamentários do exercício vigente, prorrogando-se para o ano seguinte no caso de os serviços não estiverem sido finalizados, conforme art. 111 da Lei 14.133/2021.

## 5. Levantamento de Mercado

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades do Legislativo.

Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar.

No levantamento de mercado identificou-se que há somente uma solução técnica e economicamente viável, em razão da singularidade do objeto a ser executado: a aquisição dos equipamentos por intermédio de empresa contratada.

Para determinação do preço estimado foi utilizado como parâmetro as Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 12 (doze) meses anteriores à data da pesquisa de preços, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, destacando-se, aqui, a média dos preços por item:

TABLET = R\$1.320,99

SERVIDOR = R\$7.645,0000

ROTEADOR RADIO = R\$654,93

ROTEADOR TIPO LINHA (access point) = R\$299,85

NOTEBOOK = R\$3.233,47

TV = R\$4.885,36

ESTABILIZADOR = R\$1.080,21

ESTANTE RACK MINI = R\$496,05

## 6. Descrição da solução como um todo

Trata-se, o objeto da contratação, de aquisição de equipamentos eletrônicos. A aquisição em tela será realizada com base na quantidade mínima de equipamentos necessários para viabilizar a implementação do sistema de votação eletrônica, já contratada, na Câmara Municipal.

Estabelecido, assim, o valor global a partir do somatório dos equipamentos adquiridos, devendo ser observadas todas as coberturas e serviços previstos na contratação.

A solução de mercado que atende os requisitos especificados para a aquisição dos equipamentos é a solução mais econômica para o objeto, considerando a escolha de tablets, ao invés de computadores, e televisores, ao invés de um painel de LED. Assim, as exigências não limitam a participação na licitação, visto que se trata de formas mais usuais de aquisição de equipamentos, para qual o mercado está preparado.

O objeto da contratação encontra-se pormenorizado no item 7. Ressalta-se o dever de compatibilidade dos equipamentos com as exigências técnicas do software de votação eletrônica fornecida pela empresa Weblin Software LTDA (Processo Administrativo n. 14/2025), conforme sintetizado a seguir:

## **1. Disposição Geral:**

- Ambiente de Banco de Dados Relacional, como sistema de gerenciamento de banco de dados relacional de código aberto que funciona em várias plataformas, como o caso de MySQL, para facilitar a compatibilidade com a infraestrutura já existente, bem como outros sistemas já existentes de propriedade da Câmara Municipal, a fim de realizar futuras integrações.
- Possuir toda a funcionalidade do ambiente Windows, tendo em vista ser o sistema operacional adotado e devidamente licenciado pela Câmara;
- Possuir “interface” gráfica altamente intuitiva.
- Permitir a utilização de “mouse” ou sistema “Touch screen”.
- Deverão ser dotados de um controle de senhas em diversos níveis, para permitir o acesso às informações apenas aos usuários autorizados.
- A base de dados não deve possuir limite de registros.
- Utilizar a língua portuguesa para todas as comunicações do sistema aplicativo com os usuários.
- Deverá ser web ou intranet para exibir informações, placares, consultas e coleta de votos e inscrições.
- O sistema deverá ser desenvolvido em interface amigável e deverá funcionar, também, em equipamentos sensíveis ao toque (tablets touch).
- O sistema deverá permitir o cadastramento de senhas para cada vereador utilizando-se para a identificação dos mesmos durante os procedimentos de votação e inscrição para uso da tribuna.
- Deverá permitir a alteração de senhas quando for necessário.
- Deverá funcionar integrado com o sistema de controle legislativo, permitindo a importação de políticos, partidos, legislação, mesas com os seus respectivos membros, comissões com seus respectivos membros, todos os possíveis autores de documentos cadastrados dentro do sistema legislativo, como políticos, mesas e comissões, além de importar uma ou todas as sessões lá existentes com os seus respectivos documentos para serem apreciados, não sendo necessário o novo cadastramento dos documentos para votação e andamento da sessão.
- Deverá funcionar integrado com o sistema de controle legislativo permitindo a exportação dos resultados das votações dos documentos apreciados na sessão diretamente para os documentos pertinentes dentro do sistema legislativo, inclusive com sua nova situação (aprovado, rejeitado etc).
- O sistema deverá conter um controle de usuários com suas permissões de visualização.
- O sistema deverá conter opção para definir a prioridade de exibição de arquivo no sistema, sendo as opções no formato de arquivo word e formato de arquivo pdf.
- O sistema deverá conter as configurações de quóruns, com exibição do tipo de quórum, o voto do presidente, a quantidade mínima de votos para aprovação do documento.
- O sistema deverá conter o dicionário de dados. Deverá permitir a alteração dos seguintes termos: Termo que aparece na tela tv durante a discussão documento + Termo que aparece na tela tv quando o documento está em votação + Signatário do relatório de votação + Termo utilizado na tribuna + Termo para documentos em discussão única + Termo para os documentos que estão em primeira ou segunda discussão.
- Deve possuir recurso de geração automática de ofícios eletrônicos após a realização das sessões plenárias, parametrizado para relacionar com as matérias aprovadas, enviando automaticamente para a caixa de entrada do vereador presidente para assinatura digital, liberando o envio automático dos ofícios para o Poder Executivo.

## **2. Operador:**

- O sistema de votação do operador deverá ter acesso em todas as sessões importadas, sendo possível o filtro por: Nome da sessão, tipo de sessão, número da sessão, status da sessão, data da sessão e ainda com opções de ordenação para facilitar a localização de uma sessão específica.
- O sistema deverá permitir a geração de relatório das sessões cadastradas.
- O sistema deverá permitir atualizar a página das sessões sem a necessidade de atualizar a página do navegador.
- O sistema de votação do operador deverá permitir visualizar o roteiro, expediente, ordem do dia e o relatório de votação.
- O sistema de votação do operador deverá permitir a exclusão de uma sessão, caso seja necessário.
- Ao escolher uma sessão, deverá ser aberto uma tela onde será possível a alteração do roteiro dessa sessão, alteração do roteiro do presidente, alteração do roteiro dos secretários e alterar a ordem de entrada dos documentos nela contidos para votação.
- Ao abrir uma sessão, o sistema deverá permitir o cancelamento do andamento (fechar a sessão), iniciar e finalizar a inscrição para uso da tribuna, iniciar e finalizar o intervalo regimental, iniciar e finalizar a leitura do roteiro da sessão e ao se terminar os trabalhos, deverá ser feito o encerramento da sessão.
- O sistema deverá permitir a troca rápida do presidente da sessão, caso o presidente precise se ausentar por alguns instantes.
- O sistema de votação do operador, após ter sido clicado em uma sessão, deverá exibir uma listagem com todos os documentos contidos nessa sessão com as seguintes informações: tipo de documento, número do documento, início do trâmite, ementa do documento, situação do documento, tipo de discussão além da autoria do documento.
- Ao passar o mouse sobre qualquer documento, este deverá ficar em destaque dos outros documentos com cor diferente das dos demais documentos e, ao se clicar em qualquer item da linha do documento da sessão aberta, deverá ser possível iniciar e finalizar a leitura desse documento, iniciar e finalizar a discussão desse documento e ainda iniciar e finalizar a votação desse documento.
- Todas as funções desse sistema influenciarão o comportamento dos seguintes sistemas: Sistema de votação do presidente da sessão, Sistema de votação do vereador e Sistema de apresentação da votação para o público sendo essas ações e comportamentos descritos a seguir.
- O sistema deverá permitir iniciar cronometro no início da discussão de documentos. Deverá também ter cronometro para tribuna e assuntos avulsos. Além de permitir o cadastro de várias tribunas. Ao término do tempo deverá tocar som com aviso.
- Deverá permitir a configuração do tamanho texto do cronometro na tela TV;
- O sistema deverá permitir que cada tipo de documento possua um tempo padrão para discussão.
- O sistema deverá permitir realizar a leitura, discussão ou votação em lote de documentos do mesmo tipo.
- O sistema deverá permitir inicializar e finalizar a inscrição da tribuna.
- No cadastro deve ter pelo menos os campos descrição, ordem, quantidade máxima de inscritos, tempo em minutos, tempo máximo por vereador em minutos, tempo mínimo por vereador em minutos, visualização e tempo máximo para inscrição.

- No administrador da tribuna, o sistema deverá permitir a alteração das informações cadastradas, deverá permitir a inicialização e finalização da tribuna, deverá permitir o cadastro de todos os vereadores na tribuna, deverá permitir a exclusão de todos os vereadores da tribuna, além de permitir visualizar os vereadores cadastrados na tribuna.
- Na visualização dos vereadores cadastrados na tribuna, o sistema deverá exibir a ordem, o nome, a data e hora de cadastro na tribuna e o tempo.
- O sistema deverá permitir a inicialização e a exclusão individual de cada vereador na utilização da tribuna.
- Durante o uso da tribuna, o sistema deverá permitir resetar, pausar e finalizar o cronometro utilizado pelo vereador na tribuna.
- O sistema deverá permitir que o vereador possa dispor a palavra a outro vereador.
- Ao dispor a palavra à outro vereador, o sistema deverá exibir a foto de ambos vereadores na tela tv.
- O sistema deverá iniciar um outro cronômetro para o vereador que está utilizando a disposição da palavra.
- O sistema deverá permitir exibir o cronometro na tela tv durante a utilização da tribuna.
- Deverá permitir o uso de tempo mínimo ou máximo dos vereadores, sendo, esses tempos, configurados previamente.
- As inscrições na tribuna devem ser separadas por cada documento da sessão.
- Para a inscrição dos vereadores no documento, a tribuna deverá estar ativa e o documento deverá estar em leitura ou discussão.
- Para visualização da inscrição da tribuna no documento, deverá clicar no documento na sessão.
- Ao fazer uso da tribuna, deverá exibir na tela TV a qual documento o vereador fez inscrição.
- O sistema deverá permitir inicializar e finalizar o registro de frequência, sendo cadastrado uma única ou múltiplas frequências na sessão.
- No administrador da frequência, o sistema deverá permitir a alteração das informações cadastradas, a inicialização e finalização da frequência e a opção de exibir a frequência na tela tv.
- O sistema deverá permitir ao operador pedir o voto do presidente, caso necessário.
- O sistema deverá permitir copiar o documento do expediente para a ordem do dia.
- O sistema deverá permitir o cadastro de requerimentos automáticos durante o andamento da sessão.
- O sistema deverá permitir ativar a alteração do texto da tramitação do documento, o texto da tramitação deverá seguir o turno da votação. Por exemplo: Aprovado em 1ª votação.
- O sistema de votação do operador deve permitir a revisão dos votos, o sistema deverá exibir os votos do documento selecionado, de modo que apareça na tela TV.
- O sistema deverá permitir a exibição da numeração e tipo de documento vinculado aos documentos da Sessão na tela do Operador.
- Deve permitir que sejam cadastrados documentos ou requerimentos novos durante a sessão para que sejam deliberados na mesma assembleia em curso, lançando automaticamente no sistema o registro dessa inclusão e o resultado da respectiva votação.

### **3. Tela dos Vereadores, dos Secretários e do Presidente:**

- Enquanto a sessão estiver aberta através do sistema de votação do operador, o vereador poderá consultar os inscritos para a tribuna, se inscrever para a tribuna desde que não seja finalizada a inscrição pelo operador, ver o roteiro da sessão na íntegra, o nome e a data da sessão que está sendo apreciada.
- Quando a leitura da sessão for iniciada através do sistema de votação do operador, o roteiro da sessão aparecerá na tela principal do vereador para acompanhamento da leitura.
- Quando o intervalo regimental é iniciado, o vereador deverá ser informado em sua tela dessa informação.
- Quando a leitura ou discussão de um documento é iniciada através do sistema de votação do operador, na tela do vereador aparecerá um botão para acesso ao documento devidamente identificado na íntegra em uma nova tela. Ao fechar o sistema, retorna na tela anterior, que deverá exibir qual documento está sendo lido, seu autor e sua ementa.
- Quando um documento estiver em votação iniciada, o sistema de votos com senha deverá abrir automaticamente para que os vereadores sejam identificados e escolham seus votos. A senha numérica deverá ser digitada através de 5 botões numéricos. Cada vereador poderá votar somente uma vez em cada votação do documento. O voto será exibido no placar e o placar será exibido na tela do vereador assim que a votação for finalizada.
- O sistema deverá disponibilizar tela de acessibilidade para deficientes visuais.
- A tela de acessibilidade deverá permitir a inscrição na tribuna, registro de frequência e votação do documento.
- Todas as interações realizadas na tela de acessibilidade deverão ser reproduzidas em comando de voz.
- O sistema deverá permitir ao vereador visualizar os documentos que estão no expediente e na ordem do dia da sessão, exibindo a ordem, o número, o tipo, o autor, a discussão e a ementa de cada documento presente no expediente e na ordem do dia da sessão. Ao clicar sobre o documento, o sistema deverá abrir o arquivo do mesmo devidamente identificado na íntegra em uma nova aba. Nos dados do documento, o sistema deverá exibir o tipo e o número do documento, o autor, a data inicial e data final, o quórum, o trâmite, a discussão, o processo de votação, a situação da primeira discussão, a situação da segunda discussão, a sessão de apresentação, a sessão de votação, a ementa e os votos da primeira discussão.
- O sistema deverá permitir ao vereador consultar as legislações cadastrada no sistema legislativo, permitindo a pesquisa por, ao menos, tipo de lei, número da lei ou palavra-chave.
- Por padrão o sistema deverá exibir todas as leis.
- Ao clicar na lei desejada, deverá apresentar, ao menos, as seguintes informações: tipo e número da lei, número do projeto origem, situação da lei, autor, data e ementa.
- O sistema deverá permitir aumentar e diminuir as fontes dos botões disponibilizados na tela do vereador, além de permitir o zoom na leitura de arquivos no formato de arquivo word e formato de arquivo pdf, vinculados aos documentos da sessão.
- O sistema deverá permitir a validação de usuário na tela do vereador.
- O sistema também deverá possibilitar utilizar a tela do vereador em tablets e smartphones de forma responsiva.
- O roteiro do presidente deverá ser diferente dos outros vereadores, devendo conter, minimamente, além das informações presentes nos documentos dos vereadores, documento para chamada regimental, expediente e ordem do dia.
- O roteiro dos secretários deverá ser diferente dos outros vereadores, além das informações presentes nos documentos dos vereadores, documento de protocolo da sessão, expediente e ordem do dia.

4. Tela dos Secretários:

- Enquanto a sessão estiver aberta através do sistema de votação do operador, o secretário poderá consultar os inscritos para a tribuna, ver o roteiro da sessão na íntegra e deverá visualizar o roteiro do secretário, devendo conter este roteiro, minimamente, documento para chamada regimental, expediente e ordem do dia.
- Quando a leitura de um documento é iniciada através do sistema de votação do operador, na tela do secretário aparecerá um botão para acesso ao documento devidamente identificado na íntegra em uma nova tela. Ao fechar o sistema, retorna na tela anterior.
- Quando a discussão de um documento é iniciada através do sistema de votação do operador, na tela do secretário aparecerá um botão para acesso ao documento devidamente identificado na íntegra em uma nova tela. Ao fechar o sistema retorna na tela anterior.
- O secretário poderá ter seu roteiro com texto diferente dos restantes vereadores.
- O secretário poderá clicar no texto do roteiro e abrir em outra aba os documentos contidos no meio do roteiro para verificar com maiores detalhes.
- O sistema deverá permitir ao vereador visualizar os documentos que estão no expediente e na ordem do dia da sessão, exibindo a ordem, o número, o tipo, o autor, a discussão e a ementa de cada documento presente no expediente e na ordem do dia da sessão. Ao clicar sobre o documento, o sistema deverá abrir o arquivo do mesmo devidamente identificado na íntegra em uma nova aba. Nos dados do documento, o sistema deverá exibir o tipo e o número do documento, o autor, a data inicial e data final, o quórum, o trâmite, a discussão, o processo de votação, a situação da primeira discussão, a situação da segunda discussão, a sessão de apresentação, a sessão de votação, a ementa e os votos da primeira discussão.
- O sistema deverá permitir ao vereador consultar as legislações cadastrada no sistema legislativo, permitindo a pesquisa por, ao menos, tipo de lei, número da lei ou palavra-chave.
- Por padrão o sistema deverá exibir todas as leis.
- Ao clicar na lei desejada, deverá apresentar, ao menos, as seguintes informações: tipo e número da lei, número do projeto origem, situação da lei, autor, data e ementa.
- O sistema deverá permitir aumentar e diminuir as fontes dos botões disponibilizados na tela do vereador, além de permitir o zoom na leitura de arquivos no formato de arquivo word e formato de arquivo pdf, vinculados aos documentos da sessão.
- O sistema deverá permitir a validação de usuário na tela do vereador.
- O sistema também deverá possibilitar utilizar a tela do vereador em tablets e smartphones de forma responsiva.

5. Tela Principal do Público (Tela TV):

- Enquanto a sessão estiver aberta através do sistema de votação do operador, o público irá visualizar o nome e a data da sessão que está sendo apreciada.
- Quando iniciada, através do sistema de votação do operador:

- a leitura da sessão, o roteiro da sessão aparecerá na tela principal do público (tela TV) para acompanhamento da leitura;
  - o intervalo regimental, o público deverá ser informado na tela TV dessa informação;
  - a leitura de um documento, na tela do público aparecerá informações do nome da sessão, de qual documento está sendo lido, seu autor e sua ementa;
  - a discussão de um documento, na tela do público aparecerá informações do nome da sessão, de qual documento está sendo discutido, seu autor e sua ementa.
  - a votação de um documento, deverá aparecer uma relação com os nomes dos vereadores e seus respectivos votos conforme forem votando em tempo real, a identificação do presidente da sessão naquele momento e um placar com a totalização dos votos em tempo real. Ao ser finalizada a votação pelo operador, o sistema deverá exibir o resultado da votação mostrando se o documento foi aprovado ou rejeitado.
- O sistema deverá permitir que na identificação dos vereadores, seja exibido seu nome, seu partido, sua foto e o respectivo voto de cada um dos vereadores.
  - Quando o cronometro for iniciado, deverá aparecer o tempo do cronometro, contando o tempo de forma decrescente.
  - Após a finalização da votação deverá ser exibido o resultado final.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS:

ITEM	QUANTATIVOS e DESCRIÇÃO DO OBJETO	NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO
	01 Rack Mini 12 u - 19" x 570 mm para organizar, proteger e armazenar equipamentos eletrônicos:	O rack será colocado no espaço físico operacional já existente no plenário, onde

7.1.1.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• com plano de fixação frontais e traseiros reguláveis na profundidade,</li> <li>• fabricado em aço reforçado com pintura eletrostática na cor preta,</li> <li>• contendo bandeja frontal fixa.</li> </ul>	serão colocados o servidor de banco de dados, os equipamentos de rede estruturada e demais aparelhos de áudio e vídeo dedicados exclusivamente ao sistema eletrônico de gerenciamento das sessões plenárias
7.1.2.	<p>01 Unidade de Gerenciamento de Banco de Dados e Sistema de Votação: Dispositivo eletrônico microprocessado com memória própria e alta velocidade de processamento, montado em gabinete padrão Rack Unit (RU) ou simplesmente U, com as seguintes características:</p> <p>Gabinete - gabinete rack tamanho 2U; suporte para fixação em rack; 48,2 cm - Largura com Suporte (Orelha); 42,50 cm - Largura do Gabinete; 9 cm - Altura; 30 cm - Profundidade; Botão Reset; Botão Liga desliga; 2x USB Frontal; 2 Ventoinhas 80mm; Pintura preta eletroestática. Microprocessamento e memória: Processador de 6 núcleos e 12 threads, frequência de 2.90 GHz e 12 MB de cache, ou superior; Memória RAM de 16GB e 3200MHz de velocidade, ou superior.</p> <p>Armazenamento: 240GB de armazenamento SSD M.2, ou superior.</p> <p>Capacidade gráfica: Suporte à resolução 4K 60Hz e DirectX* 12, ou superior.</p> <p>Conectividade: Conexão de rede Gigabit 10/100/1000 RJ45. Alimentação: Fonte de alimentação 350 watts real, ou superior.</p> <p>Sistema Operacional Windows.</p>	O equipamento será responsável por hospedar e executar todo o software do sistema eletrônico de votação, responsável pela execução das solicitações eletrônica realizadas pelos usuários através dos terminais eletrônicos e o computador do operador do sistema, bem como alimentar o painel de votação com informações.
7.1.3.	<p>15 tablets</p> <p>Gabinete: Material plástico resistente de alta qualidade; Estrutura sólida e durável para proteção dos componentes interno; Acabamento frontal black piano de alta resistência; proporcionar visibilidade clara das informações exibidas; estética apropriada para o ambiente parlamentar; Possibilidade de ser posicionado de forma a garantir o ângulo de visão ideal para o operador; Permitir uma visualização confortável e sem esforço excessivo durante a utilização.</p> <p>Microprocessamento e memória: Processador Octa Core de 1.8 GHz; 4GB de memória RAM; 64 GB de armazenamento.</p> <p>Tela: Tela sensível ao toque; Resolução de 1920 x 1200 pixels; interface gráfica colorida TFT de 10.5" polegadas; Tecnologia que evite reflexos e melhor visibilidade em diferentes condições de iluminação.</p> <p>Teclado: Teclado virtual personalizado me touch screen; Layout ergonômico e intuitivo; Teclas virtuais com resposta tátil.</p> <p>Conectividade: Capacidade de conexão com o servidor centralizado de registro; Compatibilidade com os protocolos de comunicação adotados pelo sistema; USB 2.0; Wi-Fi Direct 802.11 a/b/g/n/ac 2.4G+5GHZ, VHT80; Bluetooth v5.0.</p> <p>Alimentação: Bateria interna de Lition-lon com capacidade 7.000 mAh e Carregador bivolt..</p>	<p>A escolha deste tipo de equipamento se dá em virtude de fácil uso e adaptação. Com a tecnologia de tela sensível ao toque, o manuseio se torna mais intuitivo e natural, pois as pessoas estão acostumadas a tocar em telas de smartphones. Além disso, dispõem de excelente autonomia, permitindo seu uso por longos períodos sem precisar interromper o trabalho para recarregar a bateria. Isso é particularmente imprescindível, pois elimina a condição de estar conectado a pontos de energia elétrica durante seu funcionamento.</p> <p>No caso de outras tecnologias equipadas com baterias de menor duração ou que precisem estar conectadas a energia elétrica, seria necessária a realização de uma obra em todo o plenário, que além de causar elevados custos de implantação, contribuiria para uma mudança nas características originais do prédio.</p> <p>A quantidade de tablets a serem adquiridos se justifica pela composição da Câmara ser de 13 parlamentares, fazendo-se necessária a aquisição de mais uma unidade para reserva técnica.</p>

7.1.4.	<p>01 Dispositivo Operador da Sistema - Computador Portátil (notebook) com processador, memória, armazenamento, tela, teclado e touchpad, em um único dispositivo compacto com tela de 15,6 polegadas, equipado com Processador de 2 núcleos e 4 threads; Frequência de processador de 3.00 GHz; Frequência Aumentada (turbo) de 3.00 GHz; 6 MB de cache; Velocidade do barramento de 4 GT/s;</p> <p>Memória tipo DDR4-2666 de 8Gb,</p> <p>256GB de armazenamento M.2.</p> <p>Mínimo de 2 Conexões USB 3.0.</p> <p>Conectividade Bluetooth</p> <p>Conexões: 2 USB Type-A, 1 USB Type-C, 1 HDMI;</p> <p>Leitor de Cartões SD/SDHC/SDXC;</p> <p>Conector combinado de saída de áudio (fone de ouvido) / Entrada de áudio (microfone);</p> <p>Bateria 3-cel, 41 Wh Li-ion;</p> <p>Tela HD de 15,6";</p> <p>Teclado em português ABNT com alfanumérico;</p> <p>Windows original</p>	<p>A Escolha deste tipo de equipamento pela facilidade de uso e adaptabilidade. Além disso, esse equipamento conta com uma bateria interna de longa duração, permitindo seu uso por longos períodos e poupando o equipamento contra quedas de energia. Esse dispositivo será instalado na sala em que já estão instalados equipamentos responsáveis pela transmissão online das atividades da Câmara Municipal.</p>
7.1.5.	<p>02 Painéis de Resultado de Votação e Informações -</p> <p>Tela de LED 75 polegadas com Resolução FULL HD. Conectividade: Entrada HDMI.</p> <p>Alimentação: Alimentação bivolt.</p> <p>Instalação: Suporte de parede fixo.</p>	<p>Com a utilização de telas de LED, será possível aferir os votos e outras informações com clareza por todos os presentes no plenário.</p> <p>Ademais, para garantia da visibilidade, o tamanho ideal das telas é de 65 polegadas, sendo que telas menores podem dificultar a visualização das informações e telas maiores apresentam custos elevados por sua limitada produção e comercialização.</p>
7.1.7.	<p>Software: Configuração centralizada que permite configurar e implantar vários dispositivos em toda a rede de forma centralizada. Simplificando o processo de configuração, pois as alterações podem ser aplicadas em todos os dispositivos simultaneamente; Monitoramento de informações em tempo real sobre o status da rede, permitindo que os administradores visualizem a atividade dos dispositivos, a qualidade da conexão e o tráfego de dados; Disponibilidade de análise de desempenho detalhada sobre o desempenho da rede, incluindo estatísticas de tráfego, taxa de transferência, uso de banda e número de clientes conectados.</p> <p>Configuração de rádio: Tecnologia 802.11ac com suporte à tecnologia Wave2 agregado em seus rádios; 5 GHz (4x4 MU-MIMO); 2.4 GHz (802.11n, 2x2 MIMO).</p> <p>Instalação; Possibilidade de montagem em teto.</p> <p>Alimentação: Alimentação PoE.</p>	<p>Um access point (ponto de acesso) é um dispositivo fundamental para todo o sistema. Ele atua como um intermediário, permitindo que os terminais de votação se conectem à rede local e à unidade de gerenciamento de banco de dados e sistema de votação</p>
	01 Sistema de Roteamento/Roteador:	

7.1.8.	<p>Funcionalidades: Suporte à roteamento estático, roteamento dinâmico (por exemplo, OSPF, BGP) e protocolos de roteamento interno (como RIP). Possibilidade de roteamento baseado em políticas, filtragem de pacotes e balanceamento de carga para otimizar o desempenho e a segurança da rede; Recursos avançados de firewall, incluindo inspeção de estado, NAT (Network Address Translation), filtragem de pacotes e VLANs (Virtual Local Area Networks). Suporte à VPN (Virtual Private Network) para conexões seguras e acesso remoto à rede; Recursos de QoS para priorizar o tráfego de rede e garantir a largura de banda adequada para aplicativos e serviços críticos; Suporte à IPv6.</p> <p>Especificações; 5 Portas Gigabit RJ45, sendo duas delas com tecnologia POE (uma porta de entrada e outra de saída). Microprocessamento, memória e armazenamento: Processador Dual-Core 880 MHz.; Memória de 256 MB de RAM DDR3.; Armazenamento de 256 MB NAND.</p> <p>Alimentação: Adaptador de Alimentação de 12VDC, 0.5 A; 24V Passivo PoE; Opção passthrough, quando alimentado por fonte de energia POE.</p>	Roteador de alto desempenho projetado para fornecer recursos avançados de roteamento e conectividade.
7.1.9.	<p>01 Dispositivo de Proteção Elétrica: Condicionador de energia (nobreak) especialmente desenvolvido para montagem em gabinete RACK 19" com altura 2U, fornece energia ininterrupta, estabilizada e filtrada, para proteção de todo o equipamento.</p> <p>Gabinete: Senoidal por aproximação Nobreak Interativo NBR 15014; Potência Nominal de 1200 VA; Forma de onda do inversor Senoidal Modificada.</p> <p>Conectividade: 8 tomadas.</p> <p>Dimensões: 91 x 490 x 243 mm;</p> <p>Recursos: Microprocessado; Conector para expansão de bateria; Battery save; DC-Start; Power Check.</p> <p>Tensão: Entrada: Bivolt Automático (115V/127V/220V); Tensão de Saída: 115V (fixa)</p>	<p>Trata-se de um condicionador de energia de fácil instalação (basta colocar na tomada). Ou seja, ele recebe a energia da rede elétrica e, no caso de distúrbios, a transforma em energia limpa e estável. Quando há oscilações da rede elétrica, protege os equipamentos, evitando danos. Já no caso de queda de energia, impede que desliguem de forma brusca. Dessa forma, a vida útil dos aparelhos é preservada. Além disso, mesmo na ausência total de energia, mantém os eletrônicos ligados por um período. Sendo assim, em caso de quedas de energia evita que todo o sistema seja desligado e reinicializado.</p> <p>Este equipamento será instalado na sala em que já estão instalados equipamentos responsáveis pela transmissão online, de onde será construída uma rede de energia a fim de alimentar os painéis de votação.</p>

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 42.935,08

8.1. O custo estimado total anual da contratação é de R\$ 42.935,08 (quarenta e dois mil, novecentos e trinta e cinco reais, e oito centavos), conforme pesquisa de preço que instruem os autos deste processo administrativo.

8.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, devidamente destinados à Câmara Municipal de Fernandópolis.

8.3. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 01- PODER LEGISLATIVO 01.01.01 - CORPO LEGISLATIVO 01.031.0001.1212.0000 - Aquisições de Equipamento e Material Permanente 4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O parcelamento da solução contratada deve estar alinhado aos Princípios da Eficiência e da obtenção da proposta mais apta e vantajosa para a Administração Pública, conforme estabelecido na Lei 14.133/2021. Para tanto, são considerados fatores como a viabilidade técnica e a conveniência administrativa, buscando-se a melhor configuração que preencha aos princípios da Economicidade e da Eficácia no atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Fernandópolis/SP.

9.2 O parcelamento da solução **não** será adotado neste caso, com as seguintes justificativas:

- a. Ganho de Escala e Logística: reduz os custos com frete, com eventuais problemas no prazo de entrega e otimiza a administração do contrato.
- b. Necessidade de Compatibilidade: itens de hardware (ex: computadores, componentes e periféricos) que precisam ser do mesmo fabricante para garantir a qualidade, interoperabilidade e o funcionamento do sistema.
- c. Padronização de equipamentos eletrônicos (ex: tablets) otimiza serviços de manutenção e atualizações.

9.3 Dessa maneira, justifica-se a contratação única, por preço global.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 A contratação para aquisição de equipamentos eletrônicos destina-se a viabilizar a implementação do sistema de votação eletrônica, nos termos do Processo Administrativo n. 53/2025 e Processo Licitatório n. 16/2025, ambos desenvolvidos por essa Câmara Municipal.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Mesmo sem previsão formal no PCA 2025, que não fora elaborado em razão da estrutura diminuta da Edilidade em que os servidores ainda estavam em processo de capacitação para a melhoria do planejamento institucional, esta contratação se alinha diretamente com os princípios e objetivos estratégicos da Administração Municipal, considerando a busca pela modernização da gestão pública, especificamente no que diz respeito as atividades legislativas do órgão.

Contudo, importa mencionar que, apesar de não formalizado o PCA 2025, a Administração já havia previsto esta contratação desde o ano de 2023, uma vez que foi a época em que se deu o início dos estudos da contratação correlata descrita no item 10.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os estudos técnicos pretendem embasar a tomada de decisão sobre as soluções de negócio e tecnológicas para as demandas de equipamentos e componentes de TIC apresentadas pela Câmara Municipal, com vistas à modernização das sessões ordinárias e extraordinárias da instituição. De maneira geral, a aquisição pretendida visa prover soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para viabilizar o cumprimento da missão institucional, investindo em inovação e automação processual de suas atividades-fim.

Desse modo, os benefícios e resultados a serem alcançados por meio da contratação em tela podem ser sintetizados nos seguintes pontos:

- Melhoria na Efetividade do Serviço Público: com os equipamentos adquiridos e devidamente instalados, a Administração poderá fazer com que as votações dos projetos da Câmara sejam feito por sistema, evitando erros humanos nas contabilizações e automatizando o processo de passagem das informações que ocorrem na sessão para o sítio da instituição. Isso garante eficiência dos trabalhos, uma vez que as atividades estarão sendo disponibilizadas em tempo real na internet e com 100% de precisão. Ademais, os vereadores poderão ter acesso imediato a quaisquer projetos, requerimentos ou outros documentos pertinentes à discussão do momento, aprimorando os debates, as discussões e as votações;
- Otimização do Trabalho Humano: ao serem inseridas as informações no sistema de votação durante a sessão, em razão da integração com o sistema legislativo, evita-se o retrabalho dos servidores de anotarem as informações manualmente para depois serem passados para dispositivos eletrônicos (computadores);
- Maior Transparência e Controle Social: com as informações sendo inseridas em tempo real no sítio institucional do órgão, a população tem acesso as discussões e votações com rapidez e na sua integralidade;

- Economia de Papel: com a disponibilidade dos tablets e do painel de votação, é possível diminuir ou até mesmo eliminar a produção de documentos das sessões (expedientes, ordem do dia, respostas de requerimentos, entre outro), que costumemente são gerados e eliminados de imediato. Assim, evita-se a produção massiva de resíduos, impactando diretamente na sustentabilidade, em consonância com o Objetivo 12 da Agenda 2030;
- Segurança das Votações: as votações seguem o rito de aprovação/desaprovação de requerimentos e projetos por meio de manifestação de cada vereador erguendo as mãos, no caso de voto contrário, o que, muitas vezes, gera a necessidade de contagem por mais de um servidor ou recontagem para precisão. Com a solução TIC pretendida, a votação se dará por inserção de senha pelo vereador no seu tablet antes de escolher a opção de favorável ou desfavorável, garantindo 100% de assertividade e precisão dos resultados das votações.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não é necessária adequações no ambiente do órgão para que a contratação/aquisição atenda à necessidade de negócio.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A aquisição de equipamentos de informática pode gerar diversos impactos ambientais, que devem ser considerados e mitigados para garantir a sustentabilidade do projeto: Um dos principais impactos é a geração de resíduos eletrônicos resultante da substituição de equipamentos antigos e da obsolescência dos novos dispositivos. Para mitigar esse impacto, é essencial implementar um programa de gestão de resíduos eletrônicos, incluindo reciclagem e descarte adequado, a serem descartados no PEV (Ponto de Entrega Voluntária) de Fernandópolis, que é o local é reservado para o recebimento de todos os tipos de lixo eletrônico no município.

14.2. O consumo de energia também é uma preocupação, pois o uso contínuo de equipamentos eletrônicos pode aumentar a demanda por energia elétrica e, conseqüentemente, a emissão de gases de efeito estufa se a energia for proveniente de fontes não renováveis. Contudo, importa mencionar que a Edilidade utiliza energia fotovoltaica, mitigando o problema. Ademais, deve-se optar por equipamentos com certificações de eficiência energética, e adotar práticas de uso consciente de energia, como desligar equipamentos fora do horário de expediente e utilizar configurações de economia de energia. Ademais,

14.3. O uso de materiais não sustentáveis na fabricação dos equipamentos pode afetar ecossistemas naturais e contribuir para a degradação ambiental. Para mitigar esse impacto, é importante optar por fabricantes que utilizem materiais sustentáveis e possuam certificações ambientais, além de incentivar a compra de equipamentos fabricados com materiais reciclados ou recicláveis.

14.4. O descarte de embalagens provenientes da compra de equipamentos e periféricos pode contribuir para a geração de lixo sólido. Para mitigar esse impacto, deve-se escolher fornecedores que utilizem embalagens recicláveis ou que aceitem a devolução das mesmas, ou promover a reciclagem das embalagens alinhando-se com a coleta seletiva do Município, separando as embalagens para serem retiradas pelos coletores.

14.5. Portanto ao considerar e mitigar esses impactos ambientais, a Câmara Municipal demonstra seu compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental, assegurando que o desenvolvimento tecnológico ocorra de maneira consciente e equilibrada.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação nos termos apresentados é necessária, viável e vantajosa para a Câmara Municipal, considerando a natureza das atividades a serem desenvolvidas.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**THAIS RODRIGUES IEMBO**



**ANEXO ...**

**MINUTA CONTRATUAL**

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
X/2026	930476-CAMARA MUNICIPAL DE FERNANDOPOLIS - SP	xxxxxxxxxxxxxx	702025 00:00 (v 4.0)

**Status**  
CONCLUIDO

## Outras informações

[illegible]

## Pregão

Processo de Licitação nº 22/2026

### 1. OBJETO

**CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS**  
**(Processo Administrativo nº 70/2025 – Pregão nº 04/2026)**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0X/2025  
QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL  
DE FERNANDÓPOLIS E A EMPRESA ..... PARA  
FORNCEIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA  
IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE  
VOTAÇÃO JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE  
FERNANDÓPOLIS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS/SP**, Órgão Legislativo do Município de Fernandópolis, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.113.6669/0001-28, com sede na Rua Espírito Santo, nº 320, Palácio “22 de Maio - Prefeito Edson Rolim”, bairro Jardim Santa Rita, Fernandópolis, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu Presidente, o Sr. **DANIEL TRIDICO ARROIO**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa **xxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, sediado(a) na ....., nº , Bairro ....., em ...../...., doravante designado CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. **XXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa constantes nos autos do Processo nº 70/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo de Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos para viabilizar a implementação de sistema eletrônico de votação junto à Câmara Municipal de Fernandópolis, em conformidade ao Termo de Referência nº 09/2026, que constitui anexo I do Edital de Licitação nº 0X/2025, na Modalidade Pregão Eletrônico nº XX/2025

1.2. A discriminação detalhada dos objeto e todas as características técnicas mínima exigidas são aquelas constantes do Termo de Referência acima citado.

1.3. Os prazos para entregue do(s) objeto(s), recebimento, liquidação e pagamento são aqueles constantes do Termo de Referência e do Edital do certame (Pregão nº 04/2026).

1.4. São serão aceitos equipamentos ou aparelhos que não atendam as exigências do Edital e Termo de Referência, o que apresentem qualquer tipo de vício ou defeito que impossibilite o seu uso ou necessite de reparos/assistência técnica do fabricante ou de terceiros.

1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte os itens fornecidos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros

em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

1.7. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.7.1. O Termo de Referência do Processo de de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2026;

1.7.2. A Proposta do contratado com todas as atualizações;

1.7.3 O Edital de Licitação na modalidade pregão Eletrônico nº 04/2026

1.7.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é **de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do contrato constante ao final deste termo**, podendo ser prorrogado pelo tempo necessário à perfeita execução do contrato, desde que não ultrapasse o exercício de vigência dos créditos orçamentários reservados à realização da despesa.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado por igual período, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

### **MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

2.3 O Regime de Execução será o de empreitada por preço global, nos termos do art. 6º, XXIX da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.4 Os modelos de gestão e de fiscalização, assim como as condições de execução, recebimento e os critérios de medição e pagamentos são aqueles previstos no Termo de Referência constante do processo licitatório do qual decorre o presente ajuste.

## **3 SUBCONTRATAÇÃO**

3.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

## **4 PREÇO (art. 92, V)**

4.2 O valor global total da contratação é de **R\$ XXXXXX** (..... reais e ..... centavos).

4.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **5 PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

5.2 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se

definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5.3 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, cujo procedimento é aquele previsto no Termo de Referência.

5.4 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.5 O pagamento será realizado, através de boleto bancário, transferência pix ou ted ou ainda outro meio adotado pelo Departamento de Administração da Contr, que acordará com o contratado a melhor forma de pagamento, após a execução integral do objeto.

## **6 REAJUSTE (art. 92, V)**

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de apresentação da proposta final reajustada após a fase de disputa de lances da contratação direta (XX de ..... de 2026).

## **7 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

7.1 São obrigações da Contratante:

7.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.4 Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6 Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

7.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Câmara Municipal de Fernandópolis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

7.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.10.1 A Administração terá o prazo de 15 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos prorrogável pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, por igual período, mediante justificativa do Órgão Contratante.

7.12 Comunicar o Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pela Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

8.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo(s) fiscal(is) do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.3 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado por qualquer dos fiscais do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.6 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da contratante, do agente de contratação, do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A2]

8.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.12 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.13 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.15 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.16 Cumprir, quando for o caso, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.17 Comprovar, se for o caso, a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.19 **Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos**, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.20 Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica que forem necessários junto a sede da Câmara Municipal de Fernandópolis, no endereço discriminado no preâmbulo deste ajuste.

8.20.1 O técnico deverá se deslocar ao local da repartição pública, salvo se o problema puder ser solucionado de maneira remota ou mediante assistência telefônica ou via aplicativo de mensagem diretamente com os servidores da Contratante.

## **9 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.

## **10 GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1 Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

## **11 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I) Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**IV) Multa:**

1. Moratória de 0,06% (seis centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias ;
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 25% do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 25% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato;

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.10 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11 A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **12 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

12.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3 Indenizações e multas.

12.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7 O contrato poderá ser extinto caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **13 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Público Municipal, no item relativo ao Poder Legislativo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

*2 – CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS/SP*

*01 – PODER LEGISLATIVO*

*01.01.01 – Corpo Legislativo*

*01.031.0001.1212.0000 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente*

*4.4.90.52.00 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente*

13.2 Como medida excetiva, plenamente justificada pelo seu setor de Contabilidade, e desde que ainda não tenha ocorrido nenhum pagamento pela prestação dos serviços contratados, poderá a CONTRATANTE alterar o enquadramento das despesas, previsto na cláusula anterior, para fins de adequação orçamentária, vedada a modificação da classificação funcional e da categoria econômica.

13.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ou termo aditivo

## **14 DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Lei Municipal nº 5.423/2023 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **15 ALTERAÇÕES**

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **16 PUBLICAÇÃO**

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **17 FORO (art. 92, §1º)**

17.1 Fica eleito o **Foro Estadual da Comarca de Fernandópolis/SP** para dirimir os litígios

que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Fernandópolis, XX de maio de 2026.

---

**NOME DO REPRESENTANTE**

**NOME DA EMPRESA.**

**Representante legal do CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

**1 –**

**2 –**



## **18 Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Presidente da Câmara Municipal de Fernandópolis

**DANIEL TRIDICO ARROIO**

Representante Legal - Contratante



**- PORTARIA Nº 02, DE 14 DE JANEIRO DE 2026 -**

**DANIEL TRIDICO ARROIO**, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, ETC., USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

**DETERMINA:**

**Art. 1º** Ficam designados os servidores desta Casa Legislativa para funções relativas à realização de procedimentos aquisições e demais contratações públicas, com dispensa ou por meio de licitação, bem como gestão e fiscalização de ajustes celebrados pela Câmara Municipal de Fernandópolis, em conformidade à segregação de funções estabelecida no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições da Lei Complementar Municipal nº 245, de 22 de dezembro de 2022 e art. 92-A da Lei Complementar nº 01/92, nos seguintes moldes:

**I – AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO (Permanente)**

- ***DANIELA APARECIDA FELTRIN SILVA (Técnica Legislativa)***

**II – EQUIPE DE APOIO (Permanente)**

- ***MARCIO MOTA DE MATTOS JUNIOR (Assessor de Assuntos Legislativos)***
- ***THAIS RODRIGUES IEMBO (Analista Jurídica Legislativa)***

**III – COMISSÃO DE LICITAÇÃO/COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO (Eventual)**

*Obs: Para licitações de bens e serviços especiais da Lei Federal 14.133/2021 (art. 7º, §2º)*

**Presidente:** ***DANIELA APARECIDA FELTRIN SILVA (Técnica Legislativa)***

**Membro:** ***AILTON OLIVEIRA DO NASCIMENTO (Sec. Parlamentar)***

**Membro:** ***MARCOS ALEXANDRE NOSSA (Contador Legislativo)***

**IV – GESTOR DE CONTRATOS (Permanente)**

- ***THALES ADOLFO DE ALMEIDA ZAINE (Procurador Jurídico Legislativo)***

**V – FISCAIS DE CONTRATOS (Permanente)**

- ***MARCIO DOS SANTOS GULO (Agente Administrativo)***
- ***ALAN CHURCHIL D'OLIVEIRA (Oficial Administrativo)***

**VI – PLANEJAMENTO PERMANENTE DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES (DFD, ETP E TR)**



# DIÁRIO OFICIAL

## CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS



Sexta, 16 de Janeiro de 2026

Ano VIII - Edição nº 384

Página 4

Lei Municipal nº 4774/ 2018, de 05 de Setembro de 2018 - [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br) - [www.imprensamunicipal.com.br/fernandopolis](http://www.imprensamunicipal.com.br/fernandopolis)

- **THAIS RODRIGUES IEMBO** (*Analista Jurídica Legislativa*)
- **ALAN CHURCHIL D'OLIVEIRA** (*Oficial Administrativo*)
- **AILTON OLIVEIRA DO NASCIMENTO** (*Sec. Parlamentar*) – **SUPLENTE**

**Parágrafo único.** Outros servidores poderão ser convocados para realização de quaisquer atos atinentes as funções de planejamento (fase interna) das licitações e contratações diretas de obras, bens e serviços de interesse camarário, conforme as funções para os quais foram designados.

**Art. 2º** O Agente de Contratação/Pregoeiro será responsável por todos os certames instaurados nas modalidades de licitações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nos processos de contratação direta por dispensa física ou eletrônica (art. 75), salvo nas contratações de obras e serviços especiais ou nas pequenas compras e despesas de pronto pagamento, que serão processadas por meio de regime de adiantamento ( Lei Municipal nº 4008/2012), respondendo por todos os atos praticados na condução dos respectivos processos de contratação pública, exceto quando atuar junto à referida comissão licitatória, caso em que a responsabilidade será solidária entre os membros, devendo ser registrada em ata qualquer posição divergente.

**§1º** As funções de planejamento são atribuições cogentes, derivadas do poder de hierarquia administrativa desta Presidência e não serão remunerados por ausência de previsão legal, bem como em decorrência da vedação ao acúmulo de remunerações de mesma natureza ou decorrente do mesmo fundamento jurídico (art. 92-A da LCM nº 01/92).

**§2º** O servidor MARCIO DOS SANTOS GULO será também o responsável pela transmissão dos dados relativos aos certames e demais contratações junto ao sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP, bem como para envio de pedidos e recebimento de cotações via sistema eletrônico, podendo ser designado outro servidor suplente em situações de ausência, licenças ou impedimentos.

**§3º** O servidor MARCIO MOTA DE MATTOS JUNIOR auxiliará também na concatenação dos processos inerentes a pesquisa de preços e elaboração do orçamento público, incumbindo-lhe as tarefas de pesquisa junto ao PNCP, outros órgãos e entidades públicas, bem como aquela junto aos fornecedores locais e regionais e demais diligências contidas no art. 17 da Lei Municipal 5.423/2023.

**Art. 3º** As licitações nas modalidades Pregão Eletrônico (preferencial) e Pregão Físico serão utilizadas para aquisições de bens ou serviços que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, e serão conduzidas pela Pregoeira nomeada, que será responsável por todas as decisões relativas às fases de análise das propostas e habilitação dos licitantes, salvo quando induzida a erro ou estrito cumprimento de decisão superior.

**§1º** A Licitação na modalidade Concorrência será utilizada nos demais casos em que não seja cabível a realização da modalidade pregão e se processará, preferencialmente, por meio de disputa eletrônica.

**§2º** A Equipe de Apoio atuará junto aos pregões, concorrências e contratações diretas com disputa, sendo seus membros permanentes e com atribuições inerentes ao auxílio e assessoramento à Pregoeira/Agente de Contratação durante as sessões licitatórias ou dos procedimentos de contratação direta (fase externa), sem qualquer poder de decisão, admitindo-se a convocação, mediante despacho da Pregoeira/Agente de Contratação, autorizado pela Presidência da Câmara, de outros servidores em caráter temporário, colaboradores e dos órgãos de assessoramento jurídico e controle interno, sendo ainda possível a contratação de terceirizados especializados quando a licitação envolver bens ou serviços especiais, não rotineiros ou que exijam algum tipo de conhecimento técnico específico, nos termos dos §§3º e 4º do art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Art. 4º** A Comissão de Contratação ou a Agente de Contratação/Pregoeira, com sua equipe de apoio se reunirão, sempre que for necessário, para o desenvolvimento de seus trabalhos regulares, atentando-se a necessidade de que tais funções não prejudiquem o fiel cumprimento das atribuições ordinárias de seus respectivos cargos.

**Parágrafo único.** As sessões de realização das licitações ou contratações diretas serão instauradas durante o horário comercial de trabalho e de expediente da Câmara, a fim de facilitar o acesso ao certame pelos licitantes e fornecedores, bem como assegurar o respaldo técnico e administrativo dos servidores camarários.





**Art. 5º** Todos os servidores designados na forma do art. 1º deste instrumento exercerão suas atividades em conformidade às atribuições estabelecidas para cada função na Lei Complementar Municipal nº 245, de 22 de dezembro de 2022, na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Leis Municipais nº 5.423/2023 e 5.424/2024.

**§1º** Para o desempenho das funções objeto das designações estabelecidas neste ato normativo, fica concedida a retribuição remuneratória de que trata o art. 92-A da Lei Complementar nº 01/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), com redação dada pela LCM nº 245/2022, nos seguintes percentuais:

I – Agente de Contratação/Pregoeiro: 150% do Valor de Remuneração de Referência.

II – Gestor de Contratos: 150% do Valor de Remuneração de Referência

III – Equipe de Apoio: 80% do Valor de Remuneração de Referência.

IV – Fiscais de Contrato: 100% do Valor de Remuneração de Referência.

**§2º** Em atenção ao disposto no §3º do art. 92-A da Lei Complementar Municipal nº 01, de 01 de junho de 1992, fica estabelecida o valor constante da **Referência “8 F/M”** da Escala de Vencimentos constante do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 205, de 26 de março de 2020, com as devidas atualizações, como o Valor de Remuneração de Referência para o cálculo das gratificações de que trata o parágrafo anterior.

**§3º** Serão exercidas pelo mesmo servidor as funções de Pregoeiro, Agente de Contratação e Responsável pelas contratações diretas com disputa, haja vista a demanda de certames e a similaridade das atribuições que justificam a acumulação das funções a serem desempenhadas, nos termos do §6º do art. 92-A da LCM nº 01/92 (Estatuto dos Servidores Públicos).

**§4º** A Gestão e fiscalização dos contratos serão contínuas e permanentes para todos os ajustes firmados por esta Edilidade.

**§5º** A Equipe de apoio será constituída em caráter permanente para as funções de apoio ao Pregoeiro/Agente de Contratação durante as sessões de realização das licitações e naquelas relativas ao julgamento de propostas e habilitação dos procedimentos de dispensa com disputa (art. 75, I e II da Lei 14.133/2021).

**§6º** As retribuições remuneratórias aludidas no §1º deste artigo poderão constituir bases de incidência da contribuição previdenciária de que trata o art. 23, II da Lei Complementar Municipal nº 211, de 23 de dezembro de 2020, desde que haja previsão em lei local.

**§7º** As retribuições remuneratórias de que trata o §1º são consideradas rendimentos tributáveis e, portanto, bases para incidência dos descontos relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF.

**Art. 6º** Fica delegado aos fiscais de contrato a responsabilidade pelos recebimentos provisórios dos bens, serviços e obras adquiridos ou contratados pela Câmara, em conformidade ao disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**§1º** O Recebimento Provisório de obras, compras e serviços serão realizados por qualquer dos fiscais designados, individualmente ou em conjunto, conforme orientação da Presidência ou do Gestor de Contratos.

**§2º** O Recebimento Definitivo de obras, compras e serviços será formalizado por meio de Termo Circunstanciado e realizado pelos fiscais em conjunto, salvo se ausente ou licenciado qualquer um deles, e contará com a participação obrigatório do gestor de contratos quando os valores forem superiores ao limite discriminado no §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, devidamente atualizado.

**§3º** Para os procedimentos de inexigibilidade de licitação aplicam-se o disposto nos §§ 1º e 2º, respectivamente, para os valores que se enquadram dentro dos limites definidos naqueles dispositivos.

**§4º** Ao final de cada contrato de serviço ou fornecimento contínuo executado será realizado relatório de execução contratual pelo Gestor do Contrato, que diligenciará junto aos fiscais para inclusão de apontamentos, recomendações e opiniões quanto aos fornecimentos recebidos ou serviços prestados, opinando sobre a conveniência de eventuais, prorrogações, reajustes, revisões ou repactuações contratuais.



# DIÁRIO OFICIAL

## CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS



Sexta, 16 de Janeiro de 2026

Ano VIII - Edição nº 384

Página 6

Lei Municipal nº 4774/ 2018, de 05 de Setembro de 2018 - [www.camarafernandopolis.sp.gov.br](http://www.camarafernandopolis.sp.gov.br) - [www.imprensamunicipal.com.br/fernandopolis](http://www.imprensamunicipal.com.br/fernandopolis)

§5º Os serviços contínuos e por escopo, bem como as aquisições serão fiscalizados por todos os fiscais, podendo o gestor de contratos designar expressamente na ordem de serviço ou de aquisição o acompanhamento individualizado da contratação por um dos fiscais, a fim de assegurar maior eficiência ao sistema fiscalizatório.

§6º Para as designações individuais de que trata o parágrafo anterior, deverá o gestor assegurar a distribuição equitativa e proporcional dos serviços, atentando-se a natureza, volume e complexidade das contratações.

**Art. 7º** Os aditivos contratuais deverão ser precedidos de exame pela Procuradoria Jurídica Legislativa, em atenção ao disposto no §4º do art.53 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Art. 8º** As funções de acompanhamento e fiscalização das obras e serviços em execução junto a esta Edilidade ficam igualmente transferidas à fiscalização dos fiscais de contratos designados no art. 1º desta Portaria, revogando-se designações em vigência.

**Art. 9º** Não estão sujeitos aos regimentos de recebimento provisório e definitivo definidos nesta portaria, as pequenas compras, serviços de pronto pagamento e demais despesas processadas por meio de regime de adiantamento de numerários, de que tratam a Lei Federal 4.320/64, Lei Municipal nº 4.008/2012 e a Portaria nº 15/2025 expedida pela Presidência desta Edilidade, as quais serão certificadas diretamente pelo departamento financeiro ou contábil da Câmara e processadas na forma dos referidos regimentos.

**Art. 10** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a **Portarias nº 27, de 20 de agosto de 2025.**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Fernandópolis – SP, 14 de janeiro de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE  
FERNANDÓPOLIS:45113669000128

Assinado de forma digital por CÂMARA MUNICIPAL  
DE FERNANDÓPOLIS:45113669000128  
Dados: 2026.01.19 08:22:40 -03'00'

**- DANIEL TRIDICO ARROIO -**  
**Presidente da Câmara Municipal de Fernandópolis**

REGISTRADA E PUBLICADA JUNTO AO DIÁRIO ELETRÔNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
FERNANDÓPOLIS, NA DATA SUPRA.

**- DANIELA APARECIDA FELTRIN SILVA -**  
**Técnica Legislativa**

